



LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-40384

Senhores
Maria de Lourdes e Silva
Chefe de Gabinete da Presidência

Alessandro Vasconcelos Machado
Chefe de Gabinete da Diretoria Técnica

SGAS 605 – L2 Sul, Asa Sul
Brasília, Distrito Federal

Ref.: Brasil. Cooperação Técnica Não-Reembolsável
No. ATN/OC-18784-BR. Apoio ao Programa Sebrae
de Destinos Turísticos Inteligentes. Convênio
Nº 71/2021.

Prezados Senhores:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que será desembolsado a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco destinados ao Programa Estratégico para o Desenvolvimento da Sustentabilidade (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica para apoiar o desenho de instrumentos de planejamento e a implementação de ações-chave para a consolidação de destinos turísticos inteligentes (DTIs) no Brasil (doravante denominado “Programa”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Beneficiário acordam o seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas

Gerais”; e pelo Anexo Único, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. Órgão Executor. A execução do Programa e a utilização dos recursos da Contribuição caberão ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (doravante denominado indistintamente “Órgão Executor” ou “Beneficiário”).

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. Além das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais, o primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, demonstre que se cumpriram, de maneira satisfatória para o Banco, as seguintes condições:

- (a) Que tenha sido apresentada evidência de que o Beneficiário conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 12 das Normas Gerais;
- (b) Que tenha sido apresentada evidência da constituição da Unidade Coordenadora do Programa, vinculada à Unidade de Competitividade do Beneficiário, e da designação de sua equipe básica, que deverá contar ao menos com (i) um coordenador geral, (ii) dois especialistas em turismo, (iii) um especialista fiduciário financeiro, e (iv) um especialista fiduciário de aquisições; e
- (c) Que tenha sido apresentada evidência da implementação das recomendações resultantes da análise intitulada “Plataforma de Análise da Capacidade Institucional” (PACI), elaborada em conjunto com o Banco.

Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição. Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem no Programa a partir de 27 de agosto de 2021 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Programa será de vinte e quatro (24) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de vinte e quatro (24) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. Custo total do Programa e recursos adicionais. (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte foi

estimado no equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), a fim de completar a soma equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares), custo total estimado do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo Único.

Sétimo. Reconhecimento de despesas a débito do Aporte. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos do Aporte para o Programa, as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Programa a partir de 27 de agosto de 2021 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. Moeda de desembolso. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares.

Nono. Taxa de Câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Beneficiário. Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em moeda local a débito do Aporte ou do reembolso de despesas a débito da Contribuição, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil na data efetiva do pagamento, pelo Beneficiário ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, das despesas elegíveis do Programa.

Décimo. Contratação de serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. Para efeitos do disposto no Artigo 10 das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de maio de 2019, contidas no documento GN-2349-15, aprovado pelo Banco em 2 de julho de 2019. As aquisições serão realizadas pelo Beneficiário de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme estabelecido no Apêndice 4 das Políticas de Aquisições do Banco. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Beneficiário e o Beneficiário aceite por escrito sua aplicação. A utilização das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Beneficiário estará sujeita ao disposto no parágrafo 3.2 das Políticas de Aquisições e ao Artigo 10(b) das Normas Gerais.

Décimo primeiro. Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria. Para efeitos do disposto no Artigo 10 das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de maio de 2019, contidas no documento GN-2350-15, aprovado pelo Banco em 2 de julho de 2019. As contratações de serviços de consultoria serão realizadas pelo Beneficiário de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme previsto no Apêndice 4 das Políticas de Consultores do Banco. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de

acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Beneficiário e o Beneficiário aceite por escrito sua aplicação. A utilização das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Beneficiário estará sujeita ao disposto no parágrafo 3.2 das Políticas de Consultores e no Artigo 10(b) das Normas Gerais.

Décimo segundo. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 10(c) das Normas Gerais, o Beneficiário deverá utilizar ou, se for o caso, se assegurar de que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

Décimo terceiro. Acompanhamento e Avaliação. (a) O Beneficiário deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de progresso, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada semestre calendário, os quais deverão incluir, entre outros assuntos, informações atualizadas sobre os processos de aquisições e contratos em execução, planejamento físico-financeiro atualizado, projeções de desembolso e análises de riscos; (ii) um relatório final, dentro de 3 (três) meses contados do término da última atividade do Programa, que deverá incluir, entre outros assuntos, insumos para a avaliação de impacto final e avaliar, entre outros, o alcance dos resultados esperados, o custo-benefício das ações, a sustentabilidade do programa e lições aprendidas.

(b) Adicionalmente, o Beneficiário deverá apresentar ao Banco uma avaliação de impacto final, de acordo com a metodologia definida pelo Banco, dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes à data do último desembolso do Programa.

Décimo quarto. Supervisão da gestão financeira do Programa. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 13 das Normas Gerais, os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios que, até a data de assinatura deste Convênio, foram identificados como necessários para supervisionar a gestão financeira do Programa são as demonstrações financeiras auditadas finais do Programa. As referidas demonstrações financeiras auditadas finais deverão ser apresentadas pelo Beneficiário ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso de recursos da Contribuição.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 13(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Programa é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

Décimo quinto. Acesso à Informação. (a) O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

(b) De acordo com a Política de Acesso à Informação acima referida e sujeito às suas disposições, o Banco divulgará ao público as Demonstrações Financeiras Auditadas (“DFAs”) recebidas do Beneficiário, em conformidade com o Artigo Décimo quarto.

(c) Nos casos em que o Beneficiário identificar informação contida nas DFAs que considere confidencial, conforme as exceções previstas na Política de Acesso à Informação, este deverá preparar uma versão resumida das DFAs, de maneira satisfatória para o Banco, para divulgação ao público.

Décimo sexto. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir ou por outros meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Beneficiário, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário:

Endereço postal:

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
SGAS 605 – L2 Sul, Asa Sul
CEP: 70.200-640
Brasília – D.F

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Exas., como representantes do Beneficiário, manifestar sua aceitação aos termos deste Convênio, mediante a assinatura.

- 6 -

Este Convênio, depois de assinado por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da última assinatura.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Morgan Doyle
D52BEBDF2DF8469...

Morgan Doyle
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS –
SEBRAE

DocuSigned by:
Maria de Lourdes e Silva
132677B5F4494BE...

Maria de Lourdes e Silva
Chefe de Gabinete da Presidência

Data: fevereiro 8, 2022 | 11:52 AM EST

DocuSigned by:
Alessandro Vasconcelos Machado
C72B765DA402414...

Alessandro Vasconcelos Machado
Chefe de Gabinete da Diretoria Técnica

Data: fevereiro 1, 2022 | 3:33 PM EST

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo Único e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no Anexo Único. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo Único, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) Designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) Apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Como requisitos para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos da Contribuição estabelecidas no Artigo 2 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais: (a) o Beneficiário/Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado; e (b) o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor se compromete a abrir e manter uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição. Ademais, será necessário que não tenha ocorrido nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso deverá ser entregue ao Banco, o mais

tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do prazo para desembolso dos recursos ou da prorrogação do mesmo, acordada por escrito entre o Banco e o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso.

Artigo 4. Métodos de desembolsos da Contribuição. (a) Por solicitação do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição mediante: (i) reembolso de despesas; (ii) adiantamento de fundos; (iii) pagamentos diretos a terceiros; e (iv) reembolso contra garantia de carta de crédito.

(b) **Reembolso de despesas.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor houver realizado o pagamento das despesas elegíveis com recursos próprios. A menos que as partes acordem o contrário, os pedidos de desembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário.

(c) **Adiantamento de Fundos.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de adiantamento de fundos, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Projeto.

- (i) O montante do adiantamento de fundos será fixado pelo Banco com base: (aa) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de despesas elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o plano financeiro determine um período maior, o qual, em nenhum caso, poderá exceder 12 (doze) meses; e (bb) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, para gerir e utilizar os recursos da Contribuição.
- (ii) Cada adiantamento de fundos estará sujeito a que: (aa) a solicitação do adiantamento de fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (bb) com exceção do primeiro adiantamento de fundos, o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o plano financeiro determine uma porcentagem menor, que, em nenhum caso, poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).
- (iii) O Banco poderá aumentar o montante do último adiantamento de fundos vigente concedido ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, uma só vez durante a vigência do plano financeiro e na medida em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de despesas elegíveis não previstas.
- (iv) O Beneficiário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente a última solicitação de adiantamento de fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do prazo para o desembolso dos

recursos estabelecido nas Disposições Especiais ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal adiantamento de fundos serão apresentadas ao Banco durante o período de encerramento, de acordo com o estabelecido no Artigo 5 destas Normas Gerais. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do prazo para o desembolso dos recursos ou suas prorrogações.

- (v) O montante de cada adiantamento de fundos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso. A justificativa de despesas elegíveis incorridas com os recursos de um adiantamento de fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do adiantamento de fundos expresso na moeda do desembolso, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Convênio. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do adiantamento de fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.
- (vi) O Banco poderá reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, de maneira satisfatória para o Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.

(d) **Pagamentos diretos a terceiros.** (i) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague despesas elegíveis diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor.

(ii) No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Beneficiário ou o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Beneficiário ou Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.

(iii) Sem prejuízo do disposto no subinciso (i) anterior, quando o Banco assim determine, poderá, mediante notificação por escrito ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, deixar sem efeito a solicitação de pagamento direto submetida pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso.

(e) **Reembolso contra garantia de carta de crédito.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

Artigo 5. Período de Encerramento. (a) O Beneficiário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor realize, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, as seguintes ações: (i) finalizar os pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados da Contribuição.

(b) Não obstante o anterior, se o Convênio prever relatórios de auditoria financeira externa a débito dos recursos da Contribuição, o Beneficiário se compromete a reservar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor reserve, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento das auditorias. Neste caso, o Beneficiário se compromete também a acordar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor acorde, com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Convênio, o Beneficiário se compromete a devolver ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor devolva, ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Artigo 7 deste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir as despesas elegíveis com os itens alocados a débito da Contribuição no orçamento do Projeto incluído no Anexo Único que descreve o Projeto. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Projeto. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Projeto.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dos desembolsos. (a) O Banco, mediante notificação ao Beneficiário, poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; e (ii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Projeto. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Projeto, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) Além do disposto no parágrafo (a) anterior, o Banco poderá:

- (i) suspender os desembolsos, caso determine que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática

proibida, conforme definido no Artigo 8 destas Normas Gerais (doravante denominadas “Práticas Proibidas”), com relação à execução do Projeto; e

- (ii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se: (aa) a qualquer momento o Banco determinar que uma aquisição de bens ou uma contratação de obras, de serviços diferentes de consultoria ou de serviços de consultoria foi efetuada sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio. Neste caso, a declaração de cancelamento ou de vencimento antecipado corresponderá à parte da Contribuição destinada a tal aquisição ou contratação; ou (bb) se o Banco determinar que qualquer empresa, entidade ou indivíduo que esteja atuando como proponente ou participando de atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em relação com o Projeto sem que o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações tenham tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo a notificação adequada do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

Artigo 8. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Convênio, entende-se que uma Prática Proibida significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que este financie, definidas pela Diretoria ou que se definam no futuro e se informem ao Beneficiário, entre outras: prática corrupta, prática fraudulenta, prática coercitiva, prática colusiva, prática obstrutiva e apropriação indébita.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 7(c)(i) e 7(c)(ii)(bb) destas Normas Gerais, caso o Banco determine que qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente proposta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá tomar as seguintes medidas, entre outras:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria.
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco se houver evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

- (iii) Emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo responsável pela Prática Proibida, na forma de uma carta formal censurando sua conduta.
- (iv) Declarar inelegível a empresa, entidade ou indivíduo responsável pela Prática Proibida, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro ou fornecedor ou, indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria.
- (v) Encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis.
- (vi) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações.

(c) O disposto no Artigo 7(c)(i) e no Artigo 8(b)(i) se aplicará também nos casos em que se tenha suspenso temporariamente a elegibilidade da Agência de Contratações, de qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores de bens de prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) para participar de uma licitação ou outro processo de seleção para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em relação a uma investigação de uma Prática Proibida.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas poderá ser de caráter público.

(e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas), poderá ser sancionado pelo Banco, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) Quando o Beneficiário adquira bens, contrate obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada ao amparo de um acordo entre o Beneficiário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, proponentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal,

subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria em conexão com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Beneficiário se compromete a adotar ou, ou conforme o caso, que o Órgão Executor adote, no caso de que seja requerido pelo Banco, recursos como a suspensão ou rescisão do contrato correspondente. O Beneficiário se compromete a incluir, nos contratos que subscreva com as agências especializadas, disposições obrigando as mesmas a tomar conhecimento da lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco para participar de uma aquisição ou contratação financiada total ou parcialmente com recursos da Contribuição. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco na forma indicada neste Artigo, o Banco não financiará tais contratos ou os gastos, e tomará outras medidas que considere convenientes.

Artigo 9. Taxa de Câmbio. (a) O Beneficiário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito da Contribuição ou do Aporte, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma despesa elegível efetuada em moeda local do país do Beneficiário na moeda em que se realizem os desembolsos, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da despesa elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da moeda do desembolso na moeda local do país do Beneficiário; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na moeda local do país do Beneficiário.

(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em moeda local a débito do Aporte ou o reembolso de despesas a débito da Contribuição, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

Artigo 10. Seleção e contratação de serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao estabelecido no inciso (b) deste Artigo, o Beneficiário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem, a contratação de serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Beneficiário declara conhecer e, conforme o caso, se compromete a levar tais Políticas a conhecimento do Órgão Executor e da Agência de Contratações.

(b) Quando o Banco tiver avaliado de forma satisfatória e considerado aceitáveis as normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Beneficiário ou de uma entidade do Beneficiário, o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos da Contribuição utilizando tais normas, procedimentos e sistemas de aquisições, de acordo com os termos da avaliação do Banco e da legislação e dos processos aplicáveis aceitos. Os termos de tal aceitação serão notificados por escrito pelo Banco ao Beneficiário e ao Órgão Executor. O uso das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Beneficiário ou de uma entidade do Beneficiário poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido aceitos pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Beneficiário se compromete a comunicar ou, conforme o caso, que o Órgão Executor comunique ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis aceitos. O uso das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Beneficiário ou de uma entidade do Beneficiário não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Convênio. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Beneficiário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor inclua, nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Beneficiário se compromete a atualizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos, anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Beneficiário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

(e) Para efeito do anterior: (i) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, assume, total ou parcialmente, a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto; (ii) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do Projeto, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores; (iii) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

vigentes no momento da aprovação do Projeto pelo Banco; (iv) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Projeto pelo Banco; (v) “Princípios Básicos de Aquisições” significa os princípios que guiam as atividades de aquisições e os processos de seleção de acordo com as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores, e são os seguintes: valor pelo dinheiro, economia, eficiência, igualdade, transparência e integridade.

(f) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Projeto, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e contratar os consultores e serviços diferentes de consultoria previstos no Projeto.

(g) Quando os bens e serviços adquiridos e contratados para o Projeto forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(h) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços diferentes de consultoria ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços diferentes de consultoria e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Projeto.

(i) Durante a execução do Projeto, os bens a que se refere o inciso (f) deste Artigo serão utilizados exclusivamente para a realização do Projeto. Concluída a execução do Projeto, tais bens poderão ser empregados para outros fins.

(j) Os bens compreendidos no Projeto serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 11. Outras obrigações contratuais dos consultores. (a) Além dos requisitos especiais incluídos no Artigo 12(d), no Artigo 13(g) e no Artigo 14(e) destas Normas Gerais, nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) Fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;

- (ii) Fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) No caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Projeto, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal; e
- (iv) Ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto.

(b) Não obstante o estipulado no inciso (a)(iv) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará tais produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 16 destas Normas Gerais.

Artigo 12. Sistema de Gestão Financeira e Controle Interno. (a) O Beneficiário se compromete a manter ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha, controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos estabelecidos neste Convênio, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Convênio e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Beneficiário se compromete a manter e a que o Órgão Executor mantenha um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição, do Aporte e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Beneficiário se compromete a conservar e a que o Órgão Executor conserve os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do prazo para o desembolso dos recursos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito da Contribuição com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Beneficiário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos da Contribuição por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

Artigo 13. Relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios financeiros. (a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Beneficiário ou, conforme caso, o Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o prazo para o desembolso dos recursos e suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

(b) Adicionalmente, o Beneficiário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco, outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Beneficiário autoriza e, conforme o caso, se compromete a que o Órgão Executor autorize a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor selecione e contrate os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário também se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor forneça ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os

serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Convênio quando: (i) do resultado da análise de custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(h) Os documentos de licitação e os contratos que o Beneficiário ou o Órgão Executor celebre com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir uma disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

Artigo 14. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá permitir que o Banco inspecione a qualquer momento o Projeto, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. O pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor deverão colocar seu pessoal à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor se recuse a atender a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto

por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

(e) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição celebrados pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os requerentes, proponentes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários: (i) permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco; (ii) prestem plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) forneçam ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra o requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes ou concessionário.

Artigo 15. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) Proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) Apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre os mesmos;
- (c) Fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Projeto e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) Manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Projeto.

Artigo 16. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Projeto, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 17. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Projeto realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Projeto no local.

Artigo 18. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Projeto.

Artigo 19. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que nos parágrafos (a) e (b) anteriores, onde se diz “Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos”, deve-se ler “Presidente da Corte Internacional de Justiça de Haya”.

- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que o texto deste parágrafo (c) dirá assim: “O Tribunal de Arbitragem será constituído no lugar e na data em que este designar e, uma vez constituído, funcionará na data em que o Tribunal fixar”.

(d) **Procedimento.**

- (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
- (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
- (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.

- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.
- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

Nos casos de convênio com o Equador, as partes acordam que o texto deste parágrafo (f) dirá assim: “Toda notificação relacionada com arbitragem e julgamento será realizada na forma prevista nestas Normas Gerais. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação. No entanto, obrigatoriamente, o Procurador Geral do Estado deverá ser notificado.”

ANEXO ÚNICO

O PROGRAMA

Apoio ao Programa Sebrae de Destinos Turísticos Inteligentes

I. Objeto

- 1.01** O objetivo central do Programa é apoiar o desenho de instrumentos de planejamento e a implementação de ações-chave para a consolidação de destinos turísticos inteligentes (DTIs) no Brasil.
- 1.02** Os objetivos específicos do Programa são: (i) fortalecer institucionalmente o Beneficiário e suas Unidades Estaduais para o apoio e disseminação de boas práticas e metodologias relacionadas com o planejamento de DTIs no Brasil; (ii) apoiar a elaboração de planos estratégicos e operacionais para DTIs no Brasil; e (iii) implementar ações-chave para a consolidação dos DTIs.

II. Descrição

- 2.01** O Programa inclui os seguintes componentes:

Componente I. Fortalecimento institucional e disseminação.

- 2.02** O objetivo do componente é fortalecer institucional e tecnicamente as capacidades da equipe técnica do Beneficiário e de suas Unidades Estaduais para implementar a iniciativa de apoio aos DTIs, criando bases sólidas para a implementação do Componente II do Programa. O componente financiará consultorias e a aquisição de serviços para: (i) o aperfeiçoamento de um sistema tecnológico para a elaboração de pre-diagnósticos de DTIs; (ii) a elaboração de requisitos e critérios para a convocatória e seleção de destinos beneficiados pela iniciativa e de sua estratégia de disseminação; e (iii) o desenho de uma plataforma que permita o adequado monitoramento das iniciativas financiadas. Para apoiar a disseminação da e das convocatórias, o componente buscará apoiar ainda o fortalecimento de uma rede nacional de DTIs, de forma coordenada com iniciativas em execução por parte do Ministério do Turismo do Brasil e do próprio Banco, por meio da cooperação técnica ATN/FG-18311-RG. A plataforma de monitoramento desenhada será posteriormente incorporada à Unidade de Competitividade do Beneficiário, garantindo sua sustentabilidade ao longo do tempo e facilitando a avaliação de impacto do programa de apoio aos DTIs. Tal ferramenta será elaborada a partir de estruturas já utilizadas pelo Beneficiário e será desenvolvida a partir de plataformas de uso gratuito e/ou disponíveis no mercado.

- 2.03** O resultado alcançado por meio do componente é o fortalecimento do Beneficiário e de suas Unidades Estaduais para o apoio ao planejamento e implementação de DTIs. Os produtos/entregáveis previstos, relacionados com as atividades elencadas, são: (a) plataforma virtual para diagnósticos de DTIs aprimorada; (b) instrumento de convocatória para apoio aos DTIs desenhado; e (c) plataforma de monitoramento de DTIs implementada.

Componente II. Planejamento e apoio à implementação de DTIs.

- 2.04** O objetivo do componente é apoiar a elaboração de diagnósticos e planos estratégicos para a implementação de DTIs em dez (10) destinos subnacionais do Brasil, assim como implementar ações-chave associadas a esses planos. O componente financiará consultorias para: (i) a elaboração de diagnósticos completos, a partir de pré-diagnósticos apresentados por meio de plataforma virtual, e planos de implementação dos DTIs selecionados a partir de convocatória; e (ii) a implementação de ações-chave delimitadas por esses planos, relacionadas a um conjunto de atividades pré-identificadas. O componente está organizado segundo convocatórias, por meio das quais será possível selecionar um conjunto de destinos que serão beneficiados pelos diagnósticos e planos que serão desenvolvidos. A conceituação das convocatórias, incluindo tanto a definição dos requisitos de elegibilidade, como critérios de priorização e avaliação e sua disseminação serão parte do escopo do Componente I, conforme previamente indicado. As convocatórias deverão ser lançadas pelo Beneficiário em etapas, o que permitirá a incorporação de lições aprendidas ao processo de execução, bem como atribuir um maior nível de qualidade técnica ao apoio prestado aos destinos selecionados. Os planos de implementação elaborados deverão chegar ao nível operacional, de modo a aportar aos destinos um *roadmap* das atividades necessárias para o alcance de seu objetivo de consolidação como DTI. Para permitir a ágil operacionalização da iniciativa, será estabelecido um menu com duas (2) atuações-chave passíveis de implementação nos destinos: o desenvolvimento de *dashboards* para o monitoramento da atividade turística e a elaboração de mapeamentos de posicionamento digital dos destinos.
- 2.05** Os resultados esperados para esse componente são dez (10) destinos turísticos brasileiros com planos estratégicos e operacionais elaborados segundo o conceito de DTI e suas correspondentes ações-chave implementadas. Os produtos/entregáveis previstos para o componente, relacionados com as atividades elencadas, são: (a) diagnósticos elaborados; (b) planos de implementação elaborados; (c) intervenções piloto implementadas.

Custos de administração e auditoria.

- 2.06** Nesta categoria está prevista a execução de ações relacionadas à operacionalização da iniciativa, incluindo (i) a realização de auditoria financeira do Programa; (ii) a elaboração de uma avaliação final do Programa; e (iii) a contratação de equipe de suporte administrativo nas áreas de aquisições e financeira.

III. Custo do Programa e Orçamento

3.01 O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos da Contribuição e do Aporte:

Custo e financiamento
(em US\$)

Atividade/ componente	Descrição	Banco	Aporte	Total
Componente I. Fortalecimento institucional e disseminação	Plataforma de pré-diagnóstico, elaboração de convocações e apoio técnico.	25,000.00	25,000.00	50,000.00
Componente II. Planejamento e apoio à implementação de DTIs	Diagnósticos, planos estratégicos e operacionais de DTIs e implementação de ações-chave.	450,000.00	450,000.00	900,000.00
Custos de administração e auditoria	Auditorias ao Programa e equipe administrativa de suporte financeiro e de aquisições.	25,000.00	25,000.00	50,000.00
Total		500,000.00	500,000.00	1,000,000.00

IV. Execução

4.01 A execução do Programa e a utilização dos recursos serão realizadas pelo Beneficiário. O Beneficiário será responsável por, entre outras atribuições: (i) manter a comunicação formal com o Banco; (ii) administrar os recursos da Cooperação Técnica; (iii) adquirir os bens e contratar os serviços necessários para a execução do Programa; (iv) preparar e apresentar ao Banco os informes semestrais e a auditoria financeira final; e (v) monitorar e avaliar as atividades, sob a supervisão do Banco.

4.02 Considerando a disponibilidade da equipe técnica do Beneficiário e sua expertise no tema, a execução do Programa deverá ser liderada por uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP) vinculada à Unidade de Competitividade do Beneficiário. A UCP deverá ser composta, minimamente, por: (i) um (1) Coordenador Geral, com experiência na coordenação de projetos de características similares; (ii) dois (2) especialistas em turismo, com experiência na concepção e implementação de projetos no setor de turismo; (iii) um (1) especialista fiduciário financeiro, responsável por operacionalizar a execução financeira do Programa; e (iv) um (1) especialista fiduciário de aquisições, responsável por operacionalizar as aquisições do Programa, contando com o suporte dos analistas financeiro e de aquisições que serão contratados com recursos do Programa, no âmbito da categoria “Custos de administração e auditoria”. Os coordenadores e especialistas serão membros da equipe técnica da Unidade de Competitividade do Sebrae e os analistas previstos serão consultores externos. As equipes do Banco e do Beneficiário estarão envolvidas na elaboração e validação dos Termos de Referência de cada um dos contratos previstos, a serem financiados pelo Programa, assim como dos produtos gerados a partir deles.

- 4.03** Para fortalecer o diálogo com os territórios beneficiados pela iniciativa, será implementado um Grupo de Trabalho, formado por representantes identificados pelo Banco e pelo Beneficiário. Esse Grupo de Trabalho terá um papel estratégico no acompanhamento da iniciativa e poderá incluir, entre outros, representantes das Unidades Estaduais do Beneficiário, representantes do setor público turístico do nível municipal, estadual e/ou federal (Ministério do Turismo). Serão realizadas consultas e reuniões de apresentação periódicas com os membros do Grupo de Trabalho sobre o avanço da iniciativa, ampliando sua transparência e alcance. O Grupo de Trabalho deverá ser conformationado previamente ao lançamento das convocatórias.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 347752F0A0084DE8A3DEF1FCACCEB579

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: BR-T1483 - Disposições Especiais.docx, BR-T1483 - Normas Gerais.docx, BR-T1483 - Anex...

Employee Number:

Ticket Number:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 25

Assinaturas: 3

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Margarete da Silva Souza

Assinatura guiada: Ativado

1300 NEW YORK AVENUE NW

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

WASHINGTON, 20001

Fuso horário: (UTC-05:00) Hora do Leste (EUA e Canadá)

MARGARETED@IADB.ORG

Endereço IP: 191.222.124.245

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Margarete da Silva Souza

Local: DocuSign

31/01/2022 09:27:06

MARGARETED@IADB.ORG

Eventos do signatário

Alessandro Vasconcelos Machado

alessandro@sebrae.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Assinatura**

DocuSigned by:

 C72B765DA402414...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.15.72.158

Registro de hora e data

Enviado: 31/01/2022 09:38:20

Reenviado: 01/02/2022 08:26:50

Visualizado: 01/02/2022 10:27:32

Assinado: 01/02/2022 15:33:17

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 01/02/2022 10:27:32

ID: 3fde60ae-e30d-47bd-9c67-a8d4639b6e39

Nome da empresa: Inter-American Development Bank

Maria de Lourdes e Silva

lourdes@sebrae.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:

 132677B5F44948E...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.15.72.158

Enviado: 31/01/2022 09:38:21

Reenviado: 01/02/2022 08:26:51

Reenviado: 03/02/2022 08:29:14

Visualizado: 08/02/2022 11:51:27

Assinado: 08/02/2022 11:52:22

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 31/01/2022 11:37:46

ID: f2f2adc1-32ab-4a17-89fa-959fe3758349

Nome da empresa: Inter-American Development Bank

Morgan Doyle

MORGAND@iadb.org

Representante

Inter-American Development Bank

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:

 D52BEBDF2DF8469...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.173.216.189

Assinado com o uso do celular

Enviado: 31/01/2022 09:38:20

Visualizado: 31/01/2022 09:47:44

Assinado: 31/01/2022 09:56:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/11/2018 07:40:04

ID: 468a685c-7b80-435a-a7d2-b771fd13564e

Nome da empresa: Inter-American Development Bank

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data**

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Juliana Bettini Vicente julianab@iadb.org Chefe de Equipe do Projeto Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 18/04/2019 16:57:55 ID: 33ed7ad2-4ba4-4cf4-9d76-e7e11a26cfb5 Nome da empresa: Inter-American Development Bank	Copiado	Enviado: 31/01/2022 09:38:21 Visualizado: 31/01/2022 09:39:21
Ligia de Freitas Severino LIGIAD@IADB.ORG Inter-American Development Bank Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 31/01/2022 09:38:21 Visualizado: 31/01/2022 12:52:59
Roberta Reis Felix ROBERTAREIS@iadb.org Inter-American Development Bank Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 31/01/2022 09:38:22
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31/01/2022 09:38:22
Entrega certificada	Segurança verificada	31/01/2022 09:47:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	31/01/2022 09:56:52
Concluído	Segurança verificada	08/02/2022 11:52:22
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Inter-American Development Bank (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Inter-American Development Bank:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: DigitalSignatureSupport@iadb.org

To advise Inter-American Development Bank of your new e-mail address

To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at

DigitalSignatureSupport@iadb.org and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. We do not require any other information from you to change your email address..

In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

To request paper copies from Inter-American Development Bank

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to DigitalSignatureSupport@iadb.org and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Inter-American Development Bank

To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an e-mail to DigitalSignatureSupport@iadb.org and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum

Enabled Security Settings:	<ul style="list-style-type: none"> • Allow per session cookies • Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection
----------------------------	--

** These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

Acknowledging your access and consent to receive materials electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.

By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and
- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and
- Until or unless I notify Inter-American Development Bank as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by Inter-American Development Bank during the course of my relationship with you.